



O ENSINO DOS COMPONENTES FÍSICO-NATURAIS E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO A PARTIR DO LUGAR-COTIDIANO

THE TEACHING OF PHYSICAL AND NATURAL COMPONENTS AND THE FORMATION OF GEOGRAPHICAL THINKING FROM THE EVERYDAY PLACE

LA ENSEÑANZA DE LOS COMPONENTES FÍSICO-NATURALES Y LA FORMACIÓN DEL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO A PARTIR DEL LUGAR COTIDIANO

Arlane Silva de Sousa

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil,
arlane.sousa@discente.ufg.br

Adriana Olivia Alves

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil,
adrianaolivia@ufg.br

Resumo: Os componentes físico-naturais como conteúdos de aprendizagem são de fundamental importância para compreensão dos fenômenos espacializados no espaço geográfico. Assim, este texto tem como objetivo compreender a importância do estudo dos componentes físico-naturais na perspectiva do lugar-cotidiano, considerando situações-problema para formação do pensamento geográfico no processo de ensino e aprendizagem. Metodologicamente, é de abordagem qualitativa, realizada a partir da análise reflexiva dos fatos no contexto do conhecimento teórico-conceitual discutido. Entende-se que os componentes físico-naturais têm assumido maior relevância no ensino de Geografia, especialmente a partir dos anos 2000, em decorrência das inquietações profissionais de pesquisadores que buscam repensar a mobilização dos conteúdos a eles relacionados. Esse repensar está vinculado à necessidade de estudar os componentes, de forma integrada, abrangendo as interdependências e suas relações com o uso, a apropriação e a ocupação do espaço, sob a ótica da relação natureza-sociedade. Conclui-se, portanto, que definir o lugar-cotidiano como espaço de análise geográfica a partir de situação-problema pode possibilitar aos estudantes e aos professores direcionamento teórico-metodológico para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Este estudo contribui para as discussões teórico-conceituais e metodológicas no campo científico do ensino de Geografia, sobretudo aos aspectos que envolvem os conteúdos componentes físico-naturais.

Palavras-chave: componentes físico-naturais; lugar-cotidiano; pensamento geográfico.



Abstract: Physical and natural components as learning content are crucial for understanding phenomena within geographic space. This study aims to examine the importance of investigating these components from the perspective of the everyday place, using problem-based situations to foster the development of geographic thinking in the teaching-learning process. Methodologically, this study adopts a qualitative approach, carried out through a reflective analysis of the facts within the context of the theoretical-conceptual framework discussed. Physical and natural components have become increasingly significant in Geography education, particularly since the 2000, driven by researchers' efforts to rethink how related content is presented and utilized. This reconsideration emphasizes the need to study these components in an integrated manner, taking into account their interdependencies and their relationships with the use, appropriation, and occupation of space, within the nature-society framework. It is therefore concluded that defining the everyday place as a space for geographical analysis, based on a problem situation, can provide both students and teachers with a theoretical-methodological orientation for the development of geographical thinking. This study contributes to the theoretical-conceptual and methodological discussions in the scientific field of Geography education, particularly regarding aspects involving physical-natural components.

Keywords: physical and natural components; everyday place; geographic thinking.

Resumen: Los componentes físico-naturales, como contenidos de aprendizaje, son fundamentales para comprender los fenómenos espacializados en el espacio geográfico. Así pues, el objetivo de este texto es comprender la importancia del estudio de los componentes físico-naturales desde la perspectiva del lugar cotidiano y analizar situaciones problemáticas que favorezcan la formación del pensamiento geográfico en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Desde el punto de vista metodológico, se trata de un enfoque cualitativo basado en el análisis reflexivo de los hechos en el contexto de los conocimientos teóricos y conceptuales estudiados. Se entiende que los componentes físico-naturales han adquirido mayor relevancia en la enseñanza de la geografía, especialmente a partir de 2000, como resultado de las inquietudes de los investigadores que buscan replantear la enseñanza de los contenidos relacionados con ellos. Este replanteamiento está vinculado a la necesidad de estudiar dichos componentes de forma integrada, teniendo en cuenta las interdependencias y sus relaciones con el uso, la apropiación y la ocupación del espacio desde la perspectiva de la relación naturaleza-sociedad. Por tanto, se concluye que definir el lugar cotidiano como espacio de análisis geográfico a partir de una situación problema puede proporcionar a estudiantes y profesores una orientación teórico-metodológica para el desarrollo del pensamiento geográfico. Este estudio contribuye al debate teórico y metodológico en el ámbito científico de la enseñanza de la geografía, especialmente en lo que respecta a los contenidos de los componentes físico-naturales.

Palabras clave: componentes físico-naturales; lugar cotidiano; pensamiento geográfico.

Introdução

O presente artigo foi redigido com a finalidade de refletir sobre conhecimentos teórico-conceituais adquiridos na disciplina Ensino de Geografia e Componentes Físico-Naturais, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG)¹, relacionados ao tema da pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelas autoras, que versa sobre o estudo dos componentes físico-naturais na abordagem geográfica e visa contribuir com as discussões teórico-metodológicas sobre o Ensino de Geografia no campo dessa ciência.

Deste modo, evidencia-se pensar o estudo dos componentes físico-naturais, considerando o lugar-cotidiano como ponto de partida para a análise da escala geográfica e do espaço geográfico para o processo de ensino e aprendizagem. Ao evidenciar a escala geográfica, Cavalcanti (2019, p. 106-107) apresenta-a como concepção metodológica que, junto ao princípio de conexão, “[...] é importante para o desenvolvimento do pensamento geográfico, permitindo a realização de recortes espaciais para se analisarem os fenômenos sem perder de vista a totalidade” do espaço geográfico.

Quando se parte do pressuposto que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2006), entende-se que ele é dinâmico e se configura e/ou se materializa por meio das relações que envolvem esse conjunto de sistemas, sejam eles na perspectiva social, política, econômica e cultural num processo de interdependência.

Suertegaray (2002) aponta o espaço geográfico como uno e múltiplo e a leitura se materializa a partir de conceitos operacionais, entre eles o conceito de lugar, que será apresentado neste texto como possibilidade de análise no estudo dos componentes físico-naturais, com vistas à construção do pensamento geográfico. Callai (2017, p. 71) evidencia a importância do estudo do lugar considerando que, “[...] ao mesmo tempo que o mundo é global, as coisas da vida e as relações sociais se concretizam nos lugares específicos [...]”. Assim, torna-se possível compreender a realidade do mundo atual por meio dos significados assumidos por cada dimensão do espaço local.

Os componentes físico-naturais estão presentes na materialização da interpretação e análise do espaço geográfico. Contudo, evidencia-se, ao pensá-los no âmbito do ensino de Geografia, sobretudo na educação básica, a importância de compreendê-los de forma integrada

¹ A disciplina foi ministrada pelas professoras Dr^a. Eliana Marta Barbosa de Moraes e Dr^a Patrícia de Araújo Romão, no período 2024.2, ambas vinculadas ao PPGeo/UFG.

na perspectiva de contribuir com a formação dos sujeitos sobre o uso, apropriação e ocupação do espaço, considerando a interdependência na relação natureza e sociedade. Destarte, busca-se responder os seguintes questionamentos: Como o estudo dos componentes físico-naturais tem se apresentado no ensino de Geografia? Qual a importância do lugar-cotidiano na compreensão dos fenômenos existentes, considerando os componentes físico-naturais? Quais encaminhamentos teórico-conceituais e metodológicos podem permitir a formação do pensamento geográfico a partir da análise integrada dos componentes físico-naturais?

Busca-se, portanto, refletir sobre os questionamentos anteriores a partir do seguinte objetivo: compreender a importância do estudo dos componentes físico-naturais na perspectiva do lugar-cotidiano, considerando situações-problema para o desenvolvimento do pensamento geográfico no processo de ensino e aprendizagem.

Com esse intuito, este texto possui uma abordagem qualitativa por evidenciar uma análise dos fatos, considerando o conhecimento teórico-conceitual discutido sobre a temática, a partir de campos conceituais que se relacionam com categorias e conceitos mais operacionais, a saber: espaço geográfico (enquanto objeto de estudo da Geografia), componentes físico-naturais, lugar-cotidiano, pensamento geográfico, situação-geográfica e mediação didática.

Para isto, realizou-se levantamento bibliográfico com destaque para os autores que têm discutido os componentes físico-naturais nos últimos anos, considerando marco legal de período com trabalhos científicos de Roque Ascensão (2009) e Moraes (2011). Como este artigo é resultado de análise reflexiva a partir dos estudos na disciplina cursada na pós-graduação, destaca-se que o levantamento bibliográfico foi pautado na abordagem da disciplina com uso de obras e textos e, ao considerar o ensino de Geografia, realizamos a análise da abordagem dos componentes físico-naturais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente no contexto do Ensino Fundamental - anos finais, por abordar a discussão neste texto.

O texto organiza-se da seguinte forma: i. inicialmente, abordam-se os aspectos mais históricos do modo de pensar os componentes físico-naturais, sobretudo na Geografia escolar, considerando as concepções da Geografia física e humana e como essas vêm sendo articuladas nos documentos curriculares; ii. em seguida, desenvolve-se uma discussão sobre a categoria lugar-cotidiano para compreensão dos fenômenos do espaço geográfico no estudo dos componentes físico-naturais a partir do eixo estruturante situação-geográfica, como possibilidade de desenvolvimento do pensamento geográfico; iii. e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

Estudo dos componentes físico-naturais no ensino de Geografia

Ao considerar os componentes físico-naturais como eixo estruturado no ensino de Geografia, torna-se importante resgatar sua abordagem teórico-conceitual a partir da perspectiva da Geografia e como tem sido apresentado no contexto da Geografia escolar.

À luz da Geografia enquanto ciência, é possível analisar o contexto da Geografia física ao evidenciar, de forma mais explícita, a abordagem dos componentes água, solo, relevo, vegetação, clima e rochas, ainda que, muitas vezes, seja analisado sob a ótica de outras ciências, tais como geomorfologia, pedologia, climatologia, entre outras. Tal fato emerge do estudo do espaço geográfico ao longo do tempo, ao refletir o processo de institucionalização da ciência geográfica.

Nessa perspectiva, Suertegaray (2002) evidencia a evolução do modo de pensar a compartimentação da Geografia, com ênfase na Geografia física durante o século XX, e mostra que o espaço geográfico foi concebido de diferentes maneiras; contudo, reitera-se a busca, na Geografia, pela construção da unidade natureza-sociedade, destacando a importância do repensar o espaço geográfico à luz dos conceitos de ambiente e natureza como perspectivas de construção cultural. Moraes (2011, p. 222), por meio de estudos epistemológicos do conceito de natureza, dialoga com essa perspectiva ao afirmar que “[...] é necessário que concebamos como construção cultural, o que implica conhecermos as mais diferentes concepções existentes em uma mesma cronologia histórica e situá-las em seus tempos históricos distintos”.

Suertegaray (2018), ao refletir sobre a Geografia física e a educação básica, destaca a necessidade de repensar o ensino dessa área e tensiona a ideia de ensino pautado na perspectiva do conceito de natureza. Assim, encaminha uma concepção de natureza como conteúdo e propõe uma reflexão sobre como ensinar, qual método de ensino adotar, considerando que esse processo deve partir do espaço próximo e conhecido dos estudantes.

Moraes (2011) aponta os conceitos de natureza e ambiente como eixos estruturantes para compreensão do espaço geográfico, sobretudo no estudo dos componentes físico-naturais. Para essa autora, é um encaminhamento de valoração do estudo desses componentes e, ao mesmo tempo, pode evidenciar a finalidade da Geografia escolar para a formação da cidadania.

Ao refletir sobre o estudo dos componentes físico-naturais no ensino de Geografia, observa-se que as discussões têm ganhado força à medida que se ampliam as pesquisas nos âmbitos da formação inicial e continuada de professores de Geografia, o que implica, também, um crescimento significativo dos debates em eventos acadêmicos como o Fórum Nacional do Núcleo de Ensino e Pesquisas em Educação Geográfica (NEPEG), e em grupos de estudo, como

o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Ensino e Ambiente (NúcleoGEA), vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG), do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Esses aspectos possibilitam formular a seguinte questão: a partir do exposto, compreende-se o contexto do ensino dos componentes físico-naturais sob a ótica da Geografia física; mas como esse campo tem se fortalecido conceitualmente e se inserido na educação básica, sobretudo no ensino de Geografia, nos últimos anos?

Acredita-se que o eixo central esteja vinculado às reflexões da Geografia crítica, no contexto do repensar da dicotomia Geografia física x Geografia humana. Morais (2011 p. 84) reitera que a “Geografia deve ser ensinada na escola como uma totalidade e não considerando individualmente suas especialidades ou subcampos”. Ressalta-se que, no âmbito do ensino de Geografia, a partir dos anos 2000, observa-se um marco de pesquisas que impulsionaram as discussões sobre os componentes físico-naturais, inclusive com avanços na sistematização conceitual. Entre essas pesquisas, destacam-se as pesquisadoras Eliana Marta Barbosa de Morais, autora da tese intitulada “O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar”, em 2011, e Valeria de Oliveira Roque Ascenção, que vem discutindo essas temáticas desde 2009, por meio da pesquisa intitulada: “Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do Ensino Fundamental”.

Ao longo das últimas décadas, os estudos e/ou pesquisas que versavam sobre esses componentes utilizavam a terminologia “temáticas físico-naturais”. Entretanto, Morais e Roque Ascenção (2021) compreenderam, recentemente, a necessidade da mudança para o uso da terminologia “componentes físico-naturais”, uma vez que possibilita uma melhor sistematização do conceito e por acreditarem que representa o entendimento de espaço geográfico na Geografia e dimensiona o estudo na educação básica. Essa sistematização consolida-se a partir dos estudos ao longo dos anos, inclusive por Morais (2011).

A concepção de componente físico-natural advém de uma reflexão sobre o significado que esses termos assumem diante de um conceito que se quer dinâmico e processual. Nesse sentido, componente foi a terminologia utilizada para indicar composição, tecer junto. Significa, ao mesmo tempo, compor em sua individualidade, sem perder de vista o todo, integrar em seu coletivo e interagir a parte e o todo em um dado espaço geográfico. Físico-natural foi a nomenclatura utilizada para indicar que, embora o conceito de natural não tenha o mesmo significado que a ele foi atribuído no passado, o de intocado, numa equivalência de primeira natureza, há componentes do espaço geográfico que possuem origem desvinculada da ação humana [...] (Morais; Roque Ascenção, 2021, p. 18-19).

Isso evidencia que os componentes físico-naturais estão cada vez mais presentes nas pesquisas, e observa-se um avanço do repensar sobre as formas de ensinar e mobilizar os conteúdos geográficos que os compõem. Durante muito tempo, e ainda nos dias atuais, as pesquisas revelam um ensino pautado em uma perspectiva fragmentada, sem a integração desses componentes na compreensão da relação natureza-sociedade como eixo estruturador da análise geográfica. Ainda que estejam presentes nas normativas curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os componentes físico-naturais apresentam um desafio para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se compreende a necessidade de uma concepção teórico-conceitual e metodológica por parte dos professores de Geografia, aspecto que pode estar relacionado aos processos formativos.

Vale ressaltar a abordagem dos componentes físico-naturais dispostos na BNCC dos anos finais do Ensino Fundamental, face à necessidade de compreendê-los à luz da normativa curricular, bem como encaminhar a reflexão da pesquisa de doutorado, conforme supramencionado. Nesse sentido, a Geografia, enquanto componente curricular da educação básica, está inserida na área de conhecimento denominada Ciências Humanas, a qual também inclui o componente curricular História. Os conceitos de espaço e tempo evidenciam esta área do conhecimento e sugere-se que ambos sejam pensados articuladamente como um processo (Brasil, 2017).

No que tange especificamente ao componente curricular Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC assegura que esta foi organizada considerando os principais conceitos da Geografia contemporânea, a saber: o mais complexo espaço; e os mais operacionais: território, lugar, região, natureza e paisagem (Brasil, 2017). Considerando esses conceitos e os componentes físico-naturais, apresentam-se, no Quadro 1, as unidades temáticas e objetos do conhecimento do 6º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 1 - Componentes físico-naturais na BNCC, 6º ano do Ensino Fundamental

Unidade Temática	Objetos do Conhecimento
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras
Natureza, ambiente e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico; Atividades humanas e dinâmica climática

Fonte: BNCC (2017). Elaboração própria (2024).

Ressalta-se que a discussão sobre o 6º ano abordada neste texto parte do pressuposto que, ao analisar a BNCC por meio do levantamento bibliográfico, os componentes físico-naturais estão mais evidenciados no 6º ano, fato que impulsionou a discussão teórico-conceitual e metodológica apresentada no texto.

A partir das unidades temáticas do Quadro 1, é perceptível a presença dos componentes físico-naturais; a única que não apresenta relação direta com essa temática é “O sujeito e seu lugar no mundo”. Quanto à unidade temática “Conexões e escalas”, observa-se que ela se define pelo próprio conceito dos componentes físico-naturais, o que evidencia a relevância desse conceito no ensino de Geografia e pode estar associado às discussões nos processos de formação docente na área.

Embora os componentes físico-naturais estejam mais presentes no 6º ano do Ensino Fundamental, organizados nas unidades temáticas, constata-se a possibilidade de articulação e estudo desses elementos nas unidades temáticas do 7º, 8º e 9º anos. Tal fato emerge ao considerar que a identificação dessas possibilidades pode estar associada à concepção teórico-conceitual do professor de Geografia acerca dos conteúdos necessários para mobilizar o conhecimento geográfico sobre os diferentes temas, nas escalas de análises geográficas, do local ao global. Deste modo, ao observar as orientações para o 7º ano do Ensino Fundamental sobre o território brasileiro, a BNCC dispõe que

Espera-se que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, como também entendam o processo socioespacial da formação territorial do Brasil e analisem as transformações no federalismo brasileiro e os usos desiguais do território (Brasil, 2017, p. 382).

No que se refere aos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, a BNCC considera a dimensão de compreensão e análise geográfica em nível mundial (Brasil, 2017). Ao dispor sobre os conceitos operacionais da Geografia, neste caso, em especial, território e natureza, bem como os conceitos estruturadores apontados por Moraes (2011) para estudo dos componentes físico-naturais – natureza e ambiente –, considera-se viável possibilitar aos estudantes a compreensão integrada do espaço geográfico, na perspectiva da relação natureza e sociedade nos diversos lugares do mundo, favorecendo a formação do pensamento geográfico a partir da análise dos fenômenos espacializados.

Destarte, torna-se basilar pensar o ensino dos componentes físico-naturais a partir de encaminhamentos teórico-metodológicos que fundamentam o ensino de Geografia. É nessa

direção que, no item a seguir, apresenta-se a reflexão do lugar-cotidiano no estudo dos componentes físico-naturais.

O lugar-cotidiano e formação do pensamento geográfico no estudo dos componentes físico-naturais

Inicialmente, faz-se necessário definir a perspectiva do par conceitual lugar-cotidiano, adotado neste texto. Considera-se o lugar-cotidiano como dimensão escalar do vivido, entendendo o lugar como espaço dinâmico no qual os fenômenos espaciais se tornam perceptíveis aos sujeitos que nele vivem e, por meio dessa vivência, pode-se problematizar fenômenos geográficos e sistematizar o conhecimento com vistas às múltiplas escalaridades dos acontecimentos. Quanto ao cotidiano, reforça-se a dimensão da vida diária das pessoas a partir de suas práticas espaciais no espaço geográfico, como possibilidade de orientar a compreensão da realidade vivida na abordagem geográfica, sobretudo no que se refere à importância do conhecimento da Geografia para a formação dos sujeitos.

Segundo Callai (2017, p. 75), busca-se, por meio do estudo do lugar, enquanto categoria de análise, a compreensão do “[...] espaço geográfico em seus aspectos relativos e relacionais ao contexto em que se insere [...]”. Quanto ao cotidiano, muitos autores abordam a dimensão do vivido para problematizar os conteúdos geográficos. Assim, Morais e Romão (2021, p. 544) consideram que “[...] o trabalho com o cotidiano deve ser ensinado a partir de situações-problema, as quais envolvam questões ambientais, políticas, econômicas e sociais [...]”. Trata-se de um encaminhamento teórico-metodológico para o estudo dos componentes físico-naturais.

A Geografia é uma ciência social e, por meio dela, busca-se concretizar o objetivo de analisar e interpretar a realidade na qual os sujeitos estão inseridos. Dessa forma, torna-se importante tratar o estudo dos componentes, como relevo, rochas, hidrografia, vegetação e clima, no ensino de Geografia, com destaque para a influência desses componentes na produção do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, visando a possibilidade de compreender a conformação de um lugar, a partir da identificação de processos que incidem a determinação de áreas de risco para a sociedade (Morais, 2021).

Com relação ao lugar-cotidiano, pode-se identificar processos ou situações-problema que evidenciam a coexistência de fenômenos ligados à dinâmica físico-natural, a qual envolve os componentes e a sociedade. Nesse sentido, Castellar (2018, p. 35) corrobora ao afirmar que “[...] quanto mais os estudantes conhecem a dinâmica dos elementos físico-naturais no lugar

onde vivem e a maneira como diferentes civilizações foram se apropriando dos recursos naturais, mais condição de atuar na sociedade como cidadãos e em suas cidades terão”.

Isso implica em reconhecer a importância do estudo dos componentes físico-naturais na formação para a cidadania. Castellar (2018, p. 34) ainda ressalta a necessidade de superar a fragmentação dos conteúdos geográficos e passar a compreendê-los a partir de “situação-geográfica, em sua totalidade”. Silveira (1999, p. 25) afirma que a situação-geográfica é

Um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis.

Partindo dessa perspectiva, torna-se possível compreender a relação natureza-sociedade em uma dada situação-geográfica, a qual envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Com base na noção de situação geográfica proposta por Silveira (1999), Moraes e Roque Ascensão (2021, p. 16) acreditam que o estudo do espaço geográfico, ao considerar os componentes físico-naturais, ratifica a importância de análise a partir de uma situação-geográfica, uma vez que ela permite compreender “[...] os motivos que levam a população a ocupar determinada forma de relevo, o porquê daquela forma, considerando as dinâmicas responsáveis por sua evolução, em interação, aos fatores que levaram determinados segmentos da sociedade a ocupar essa forma.[...]”.

Considera-se fundamental o papel dos conteúdos geográficos no processo de mobilização e construção do conhecimento, especialmente no que se refere aos componentes físico-naturais. Callai (2017, p. 76) ressalta que os conteúdos devem apresentar a possibilidade de aprender a pensar. Nessa perspectiva, destaca-se a contribuição de Cavalcanti (2024), ao afirmar que os conteúdos constituem um dos componentes essenciais do processo de ensino e aprendizagem, defendendo que se deve ensinar com os conteúdos, e não apenas ensinar conteúdos. Segundo a autora, essa abordagem favorece a formação do pensamento geográfico, na medida em que propõe a mobilização dos conteúdos a partir de perguntas geográficas com esta finalidade.

Cavalcanti (2019, p. 64) considera que o pensamento geográfico é a “[...] capacidade geral de realizar a análise geográfica de fatos e fenômenos [...]” e que isso só é possível à medida que se adquire o raciocínio geográfico, um modo de operar o pensamento geográfico. Ente as indagações de cunho geográfico que podem orientar a formação do pensamento geográfico, Cavalcanti (2024) propõe o ensino de Geografia a partir das seguintes perguntas:

“Onde? Por que aí? Como é esse lugar?”. Tais questionamentos contribuem para a compreensão dos fenômenos no espaço geográfico.

Nessa direção, Moraes e Roque Ascensão (2021, p.16) corroboram e tensionam a importância das questões problematizadoras: “Por quê? Onde? Quando? Como?”, por contribuírem para reflexão acerca dos “porquês de os ‘objetos’ estarem onde eles estão”.

Ao considerar o par conceitual lugar-cotidiano e sua relação com a formação do pensamento geográfico, Cavalcanti (2019, p. 168) afirma que

Lugar é um conceito relevante para o pensamento geográfico, enquanto categoria de análise, e é também uma perspectiva metodológica para o tratamento dos conteúdos. Na medida em que se considere a realidade concreta dos alunos e também de outros sujeitos (espaço vivido) e seus problemas, é relevante que se parta do seu lugar, que se convoque esse lugar à tona de toda e qualquer problematização do pensamento geográfico.

Desse modo, Moraes (2013) aponta que Roque Ascensão (2009), ao realizar estudos sobre o componente relevo, define o conceito de vertente como um recorte espacial para análise, considerando que isso representa a escala do vivido com a intenção de valorização do conhecimento cotidiano. Esse conhecimento se materializa no lugar de vivência dos sujeitos.

Entre as diversas formas de pensar uma situação geográfica para estudo dos componentes físico-naturais, destaca-se possíveis eventos do espaço urbano, como enchentes e inundações. Tais eventos se associam à dinâmica de uso, apropriação e ocupação do espaço, principalmente áreas ocupadas próximas aos cursos d’água. Assim, evidenciam-se, por exemplo, as ocupações irregulares, as quais potencializam impactos mais severos sobre a população dessas áreas de risco quando ocorre um evento na dimensão da situação geográfica.

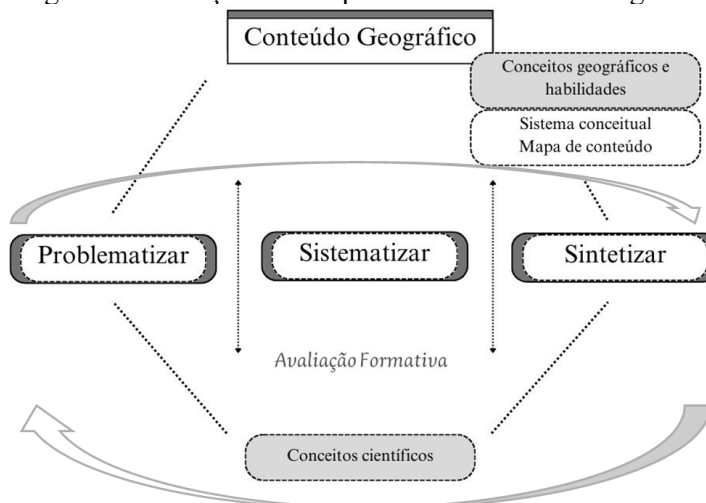
Torna-se mister, portanto, compreender a realidade para a formação da cidadania. Discutir e/ou apresentar a perspectiva dos componentes físico-naturais no âmbito da Geografia não é suficiente para a atuação dos sujeitos na realidade em que vivem. Dessa forma, a Geografia escolar, enquanto componente curricular, busca essa finalidade, no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Neste ponto, destaca-se a atuação do professor de Geografia por meio da mediação didática, a qual visa mobilizar conhecimentos que fomentem a aprendizagem dos estudantes, conferindo ao ensino um caráter de intencionalidade e encaminhamento pedagógico.

O processo de mediação do conhecimento que potencializa a aprendizagem dos estudantes demanda, entre outros aspectos, domínio teórico-conceitual que sustente uma concepção de ensino da Geografia voltada à interpretação e análise geográfica. Outro fator

importante é o conhecimento do par conceitual lugar-cotidiano, tanto por parte dos estudantes quanto dos professores, pois, quanto mais se conhece o lugar, maiores são as possibilidades de problematização e reflexão.

Cavalcanti (2019) sugere uma orientação teórico-metodológica denominada percurso didático, que fomenta o processo de mediação didática para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Esse percurso foi reelaborado em 2024, denominado Inovação em Propostas de Ensino de Geografia (IPEGEO), apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Inovação em Propostas de Ensino de Geografia



Fonte: Cavalcanti (2024, p.141). Adaptado por Sousa (2025).

Por meio da análise da Figura 1, considera-se fundamental pensar a mediação didática no contexto do IPEGEO. Observa-se que o processo de construção dialética do conhecimento é realizado em momentos intencionais de mobilização - problematizar, sistematizar e sintetizar -, considerando os conteúdos de aprendizagem com vistas à possibilidade de desenvolver a sistematização do conhecimento e à construção de conceitos científicos.

Considerando a estrutura dialética na construção do conhecimento a partir da IPEGEO, fomenta-se a necessidade de refletir aspectos do ensino no que se refere à problematização, sistematização e síntese, com base nas perguntas norteadoras para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Com isso, percebe-se que as perguntas – Onde? Por que aí? Como é esse lugar? – buscam promover a compreensão dos estudantes, tendo como referência de estudo conceitos, princípios e conhecimentos cotidianos, mobilizados de forma intencional a partir das atividades didáticas mediadas pelos professores (Cavalcanti, 2024).

Desse modo, busca-se compreender a possibilidade que a fundamentação teórico-conceitual e metodológica da proposta IPEGEO pode contribuir para o estudo dos componentes

físico-naturais de modo a especificar possibilidades para ensino de Geografia na escola. Assim, iniciaremos neste texto a abordagem de uma proposição didática.

Portanto, o Quadro 2 apresenta uma sugestão teórico-metodológica baseada na proposta IPEGEO para encaminhamento de ensino e aprendizagem que envolve o estudo dos componentes físico-naturais, a partir de situações-problema de enchentes e inundações no contexto do par conceitual lugar-cotidiano. Ao considerar conteúdos de aprendizagem associados a situação-problema, destacamos possibilidades de problematização, sistematização e sintetização do conhecimento partindo de uma perspectiva da mediação didática, “[...] ato específico da prática pedagógica, que se estabelece quando a relação entre o estudante e os objetos do conhecimento é potencializada de modo consciente e intencional pelo docente. [...]” (Queiroz, 2021, p. 286).

Quadro 2 - Proposta de mediação didática com base na IPEGEO

Tema: Enchentes e inundações no espaço urbano		
Conteúdos: Uso e ocupação no espaço urbano - relação sociedade e natureza - componentes físico-naturais, bacia hidrográfica (área urbana), apropriação do espaço geográfico - ocupações irregulares - planejamento urbano - áreas urbanas de risco - conceito de enchentes, inundações, fundo de vale, planície de inundação.		
Conceitos estruturantes: Par conceitual lugar-cotidiano		
Problematizar	Sistematizar	Sintetizar
Em que medida as ocupações irregulares intensificam os problemas sobre as enchentes e inundações no espaço urbano? A sociedade vivencia as enchentes e inundações de forma igualitária no espaço urbano? Qual a relação das enchentes e inundações com o processo de uso e ocupação nos diferentes lugares do espaço urbano?	O espaço urbano é construído na relação sociedade-natureza. O surgimento das cidades tem relação com o fator locacional de cursos d’água como forma de favorecer a permanência para sobrevivência e desenvolvimento produtivo. Os recursos naturais são transformados e apropriados pela sociedade conforme as necessidades dos grupos e classes sociais. O espaço urbano é ocupado de forma diferente pelos grupos sociais. Uma situação-problema de enchente e inundação afeta a sociedade de forma desigual.	As enchentes e inundações estão relacionadas ao processo de uso e ocupação do espaço das bacias hidrográficas e se intensificam como problemas mais recorrentes à população que ocupa as planícies de inundação nas áreas urbanas. As vivências dos grupos sociais que habitam o espaço urbano em lugares de ocupações irregulares têm uma identidade diferente dos grupos sociais que ocupam áreas que não são vulneráveis às enchentes e inundações, como a insegurança do bem-estar. As áreas de risco de enchentes e inundações são ocupadas, na maioria das vezes, por grupos sociais de classes de menor poder aquisitivo.

Fonte: Elaboração própria, com base na proposta IPEGEO (2024).

A proposta apresentada no Quadro 2 evidencia uma possibilidade de encaminhamento teórico-metodológico para o ensino de conteúdos e temas relacionados às enchentes e

inundações em áreas urbanas, com foco na compreensão da relação sociedade e natureza, possibilitando ensinar Geografia na escola. O par conceitual lugar-cotidiano contribui para a problematização a partir das experiências dos estudantes que ocupam essas áreas de riscos, uma vez que cada sujeito constrói suas vivências da situação-problema de forma singular.

Considerações finais

Este texto buscou compreender a importância do estudo dos componentes físico-naturais na perspectiva do lugar-cotidiano, considerando situações-problema para formação do pensamento geográfico no processo de ensino e aprendizagem. Partindo deste objetivo, vale ressaltar, inicialmente, alguns pontos reflexivos na abordagem dos componentes físico-naturais que transitaram a sistematização conceitual e inserção da perspectiva integrada no ensino de Geografia.

Deste modo, as discussões sobre os componentes físico-naturais têm-se fortalecido no campo do ensino de Geografia, tanto em produções científicas quanto na abordagem do componente curricular Geografia da educação básica. Essas afirmações decorrem da discussão desenvolvida neste texto, fundamentada no conhecimento teórico-conceitual dos autores que têm se dedicado a essa temática.

Essa trajetória de fortalecimento está associada às reflexões de autores que, por meio das pesquisas científicas, buscaram disseminar uma visão crítica sobre o ensino dos componentes físico-naturais, em uma perspectiva integrada, visando superar abordagens descritivas desses conteúdos – como água, rocha, solo, relevo e clima – historicamente instituídas de forma descontextualizada da relação natureza e sociedade.

No campo teórico-metodológico do ensino de Geografia, a literatura aponta encaminhamentos teórico-conceituais e metodológicos ancorados no aporte teórico da didática crítica. Nesse sentido, torna-se necessário evidenciar-se a mediação didática a partir da situação-problema, considerando o espaço de vivência do lugar-cotidiano, a qual pode possibilitar aos estudantes compreender os fenômenos em suas múltiplas escalas de análise, compreendendo a relação sociedade e natureza.

Essa abordagem de ensino permeia o pensar geográfico, possibilitando aos estudantes refletir sobre o porquê de as coisas existirem em determinado lugar e porque acontecem de uma forma e não de outra. Além disso, impulsiona a reflexão sobre as relações que se estabelecem entre os eventos da situação-problema e as pessoas que ocupam um determinado lugar do espaço.

Conclui-se, portanto, que a escala geográfica do campo de estudo da Geografia possibilita a compreensão dos fenômenos e orienta o encaminhamento teórico-metodológico, tanto na realização das pesquisas quanto no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A escala do vivido assume especial relevância na construção do conhecimento geográfico, ao ampliar as possibilidades das análises e interpretações dos fenômenos geográficos.

Destarte, este texto visa contribuir com as discussões no ensino de Geografia, sobretudo no contexto dos componentes físico-naturais. Ademais, pretende colaborar para compreender e articular conceitos e categorias, tomando a categoria par conceitual lugar-cotidiano como eixo para o desenvolvimento do pensamento geográfico no estudo dos componentes físico-naturais em áreas urbanizadas, o que possibilitará novas compreensões teórico-conceituais para serem discutidas no campo do ensino de Geografia, tendo por base o referido par conceitual para análise geográfica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 71-114.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. O ensino das temáticas físico-naturais e a formação inicial de professores. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ALVES, Adriana Olívia; ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira (org.). *Contribuições da geografia física para o ensino de geografia*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2018. p. 33-50.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A; Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Ensinar e aprender geografia: elementos para uma didática crítica*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. *O ensino das temáticas físico-naturais na geografia escolar*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. Vygotsky e a construção de sistemas conceituais:

contribuições para a Geografia escolar. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Mateus Marchesan (org.). *Geografia escolar: diálogos com Vigotski*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021. p. 75-92.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. As temáticas físico-naturais como conteúdo de ensino da Geografia escolar. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). *Temas da geografia na escola básica*. Campinas: Papirus, 2013. p. 13-44.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ROMÃO, Patrícia de Araújo. Geografia e riscos: problematizações do espaço urbano para a aprendizagem na educação básica. In: NUNES, Adélia; AMARO, António; VIEIRA, António; CASTRO, Fátima Velez de; FÉLIX, Fernando (org.). *Geografia, riscos e proteção civil*. Homenagem ao professor doutor Luciano Lourenço. Coimbra: Simões & Linhares, v.1, 2021. p. 543-551.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. Uma questão além da semântica: investigando e demarcando concepções sobre os componentes físico-naturais no ensino de geografia. *Revista Ateliê Geográfico*, Goiânia, p. 1-21, 2021.

QUEIROZ, Fabiana Rodrigues Oliveira. Ensino de geografia com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental: reflexões acerca da mediação didática a partir dos pressupostos da teoria histórico-cultural. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Mateus Marchesan (org.). *Geografia escolar: diálogos com Vigotski*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021. p. 273 - 294.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. *Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do ensino fundamental*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, Milton, 1926-2001. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 21-28, jan.jun., 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 111-120.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física na educação básica ou o que ensinar sobre natureza em geografia? In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ALVES, Adriana Olívia; ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira (org.). *Contribuições da geografia física para o ensino de geografia*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2018. p. 13-32.

Arlane Silva de Sousa

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestra pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Endereço Profissional/Estudo: Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Campus Samambaia, Samambaia, Goiânia, GO - Brasil.

CEP: 74001-970

E-mail: arlane.sousa@discente.ufg.br

Adriana Olívia Alves

Professora do curso de Geografia (Graduação e Pós-Graduação), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás – UFG. Graduada (Licenciatura - 2000 e Bacharelado-2001) em Geografia; Mestra (2004) e Doutora (2010), em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, com Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense (2025).

Endereço Profissional: Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Campus Samambaia, Samambaia, Goiânia, GO - Brasil.

CEP: 74001-970

E-mail: adrianaolivia@ufg.br

Recebido para publicação em 4 de fevereiro de 2026.

Aprovado para publicação em 26 de junho de 2026.

Publicado em 30 de junho de 2026.

17